

Ministra acha liquidez adequada

Flora Holzman

A ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, garantiu ontem que não há excesso de liquidez na economia e que o aumento do volume de recursos em circulação — que saltou de 9,3% do Produto Interno Bruto (algo próximo a Cr\$ 1,5 bilhão) após a implantação do Plano Collor, para 14% do PIB em 30 de abril — não significa que a situação esteja fora de controle, até porque os mentores do programa haviam imaginado que o nível ideal de liquidez poderia situar-se em até 18% do PIB. Ao contrário do que vem sendo comentado nos círculos econômicos do próprio Governo, a ministra assegurou aos parlamentares presentes em audiência realizada ontem no Senado que “estes 14% do PIB, cerca de Cr\$ 2,3 bilhões de acordo com os dados do Executivo, podem ser considerados perfeitamente adequados para as condições atuais”.

Os dados referentes à liberação dos cruzados novos através das 36 torneiras abertas pelas portarias governamentais entretanto, só foram divulgados no final da sessão, quando a ministra cedeu às pressões do senador Mário Covas (PSDB) e respondeu de modo quase minteligível, que a abertura das torneiras representou a injeção de Cr\$ 814,7 bilhões, o que equivale a um aumento de 54,3 pontos percentuais do total de recursos que foram deixados em circulação quando da implantação do plano. Esses números entretanto, traduzem a injeção de recursos até o dia 30 de abril e não incluem as liberações de cruzados novos feitas nos últimos dias, inclusive para o pagamento do Imposto de Renda Pessoa Jurídica que vence esta semana.

A culpa

De acordo com as estatísticas do Banco Central, informou a ministra, a conversão de cruzados novos para o pagamento de impostos foi a principal responsável pelo crescimento dos volumes de dinheiro em circulação porque totalizou, até a data mencionada, cerca de Cr\$ 291,3 bilhões, enquanto a liberação dos saques das cadernetas de poupança de aposentados, gestantes, desempregados e outros casos

especiais permitiu a conversão de um total de Cr\$ 218,2 bilhões.

Na realidade, é importante recordar que, quando da discussão da Medida Provisória 168 no Congresso, o Governo se valeu do argumento de que a ampliação do limite de saque das cadernetas de Cr\$ 50 mil para Cr\$ 100 mil, poderia significar um aumento de 1,2% no volume de recursos em circulação, o que poderia desestabilizar o programa de combate à inflação. Este dado não passou despercebido pelo senador Mário Covas que comentou ironicamente que as torneiras abertas pelo Executivo, através de portarias, eram as mesmas que foram sugeridas no projeto de conversão apresentado no Congresso e que foi derrubado por pressões das lideranças políticas do Governo no Plenário.

Fraudes

As demais conversões permitidas pelo Executivo, tais como os salários, fundos de pensão, contribuições previdenciárias e entidades beneficentes ficaram quase em segundo plano, a não ser pelos fundos de pensão que conseguiram liberar Cr\$ 90,6 bilhões, segundo a ministra. Os salários ficaram com apenas Cr\$ 33,9 bilhões, e o setor externo com Cr\$ 84 bilhões. Já as entidades beneficentes, que foram

anteriormente acusadas de liberar volumes exorbitantes através de fraude, conseguiram liberar apenas Cr\$ 28,5 bilhões, o que termina por derrubar as acusações de alguns técnicos do Governo.

Neste caso, a própria ministra se encarregou de desmentir a versão de alguns de seus assessores que insistiam na tese de que muitas das conversões haviam sido fraudadas. “Os números que temos não indicam a conversão excessiva por conta de fraudes. É verdade que detectamos alguns casos de fraude, mas estes já estão sendo enquadrados pois o Banco Central já encaminhou os processos ao Ministério Público”, afirmou a ministra.

Tranquilidade

De qualquer modo o discurso da ministra, ainda que contrarie muitas das recentes declarações de seus assessores, terminaram por tranquilizar alguns parlamentares na medida em que, na opinião da ministra a liquidez está sob controle e além disso o Governo recuperou sua capacidade de utilizar os instrumentos tradicionais de política monetária, antes “autofágicos” porque a contenção da liquidez só se fazia através do aumento de juros que, por sua vez, implicavam em aumento do déficit, afirmou Zélia.